



Presidente p.6

PS “não tem desculpa nem perdão” se falhar compromissos



PSD p.7

PSD propõe medidas para que o Governo possa ter “mais inspiração na definição das políticas públicas”

Povo Livre



nº 1918

13 de abril de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Portugal precisa de uma segunda geração de reformas estruturais

Pedro Passos Coelho inaugurou a nova sede do PSD em Almada



Portugal precisa de uma segunda geração de reformas estruturais

O presidente do PSD desafia o ministro da Solidariedade a promover uma nova reforma para garantir o financiamento da Segurança Social e acusou os socialistas de medidas contraditórias que podem dificultar a resolução do problema. “O atual ministro da Solidariedade, Vieira da Silva, já no passado foi uma pessoa que evidenciou uma sensibilidade particular para esta questão, na medida em que, como ministro de um outro Governo socialista, defendeu uma reforma da Segurança Social para resolver estes problemas, que, afinal, não foram resolvidos”, declarou Pedro Passos Coelho na inauguração da nova sede do PSD em Almada, dia 5 de abril.

“O ministro Vieira da Silva deve ser o primeiro a demonstrar abertura, iniciativa e interesse suficiente, para poder encontrar um segundo fôlego de reforma, para que, desta vez, possa mesmo resolver o problema”, acrescentou o líder do PSD, perante cerca de duas centenas de militantes social-democratas.

Pedro Passos Coelho lembrou, no entanto, que as medidas já anunciadas pelo primeiro-ministro, de utilização do Fundo de Estabilização da Segurança Social para a reabilitação urbana, parecem ir em sentido contrário. “Sabendo que falta dinheiro na Segurança Social, assistimos ao anúncio de que se vai usar o dinheiro do Fundo de Estabilização da Segurança Social, para investir em reabilitação urbana”, disse.

“É qualquer coisa que nos parece paradoxal, em particular porque o Governo insiste nesta ideia, mas não diz em que se baseou, em que contas se baseou, para garantir que esse investimento tem um retorno suficiente, para dar garantias às pessoas”, acrescentou.





Pedro Passos Coelho afirmou que “as aplicações que têm sido feitas pelo Fundo de Estabilização da Segurança Social têm tido um retorno razoavelmente elevado” e advertiu que não é claro que se obtenha o mesmo retorno com investimentos na reabilitação urbana.

Num discurso em que reiterou as principais mensagens políticas que levou no 36.º Congresso, Pedro Passos Coelho reafirmou também a disponibilidade do PSD para participar na discussão das reformas do estado, da segurança social, de uma segunda geração de reformas estruturais, para promover o investimento, bem como para uma revisão da lei eleitoral. “Uma coisa é votar nos partidos, outra coisa é escolher os deputados. Nós poderemos aperfeiçoar o nosso sistema sem por em causa o sistema de representatividade proporcional, dando aos cidadãos mais capacidade de escolherem os seus deputados, de se identificarem mais com os seus deputados”.

Pedro Passos Coelho anunciou ainda que o PSD vai apresentar, na Assembleia da República, um conjunto de propostas para o Programa Nacional de Reformas e adiantou que ainda falta saber quais são as propostas concretas do governo, advertindo que essas medidas terão de ser devidamente enquadradas no Programa de Estabilidade, que será apresentado às instituições europeias.





Entrevista de Pedro Passos Coelho à Antena 1

Partidos devem chegar a acordo para atrair investimento externo

Em entrevista à Antena 1, após o 36.º congresso realizado Espinho, Pedro Passos Coelho sintetiza o que o PSD pretende levar a cabo enquanto líder da oposição. Na entrevista conduzida pela jornalista Maria Flor Pedrosa, o presidente do PSD quis explicar a sua postura face ao Plano de Estabilidade a apresentar pelo Governo de António Costa em 27 de abril. “À partida não é provável que o faça. O Programa de Estabilidade é uma espécie de compromisso orçamental de médio prazo que o Governo apresenta à União Europeia, não depende do voto do parlamento”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O grupo parlamentar social-democrata não irá apresentar uma alternativa porque, de acordo com Passos Coelho, as ideias do PSD são conhecidas. Nesta entrevista radiofónica, o deputado social-democrata falou também sobre o ajustamento, a banca, da relação do seu Governo com a União Europeia e da de António Costa com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Sobre o Presidente da República, Pedro Passos Coelho afirmou que não está no cargo para “projetar o PSD”, mas para “unir os portugueses” e para ter uma “cooperação muito intensa com o Governo e inversamente”.

Quanto à convivência institucional entre o primeiro-ministro, António Costa, e o sucessor de Cavaco Silva na Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o líder social-democrata afirma não estranhar a boa relação entre aqueles protagonistas da vida política do país.

Questionado sobre o ajustamento que teve de fazer enquanto primeiro-ministro, para enfrentar a crise financeira em Portugal, Pedro Passos Coelho insistiu não ter tido “alternativas significativas” para fazer as coisas de forma diferente. “Seria possível fazer o ajustamento sem o nível de dureza que ele teve, eu direi que julgo que seria muito difícil, porque o problema não estava tanto nas medidas, mas na situação muito difícil em que nós estávamos”, sublinhou.

Em relação às dificuldades da banca portuguesa, Pedro Passos Coelho recordou a “dimensão dos meios” que estavam à disposição do anterior Governo para “acudir à capitalização da banca”. “Recordo-me de ouvir o governador do Banco de Portugal dizer que uma capitalização mais adequada para todo o sistema financeiro poderia



exigir recursos bastantes avultados, entre 40 e 50 mil milhões de euros. Todo o nosso programa valia 78 mil milhões”, sintetizou.

Às críticas relacionadas com a relação do anterior Governo com a União Europeia, Pedro Passos Coelho declarou sempre ter tido uma “atitude construtiva no seio” da organização, mas “preservando sempre” a autonomia e a postura crítica. “Não creio que o resultado final tenha evidenciado qualquer tratamento de memorização ou secundarização no espaço europeu”, declarou, acrescentando que a posição portuguesa foi “bastante apreciada e elogiada pelos parceiros europeus e respeitada”.

Pedro Passos Coelho defendeu também que todos os partidos políticos chegassem a acordo sobre um programa que “atraísse investimento externo para Portugal”. “Mas, para isso, há algumas premissas que se têm de alterar, desde logo a maneira como a própria maioria e o Governo olham para o investimento estrangeiro e economia social de mercado”, salientou.

Sobre o “pin” da bandeira de Portugal que utiliza na lapela do casaco, o antigo chefe do Governo explicou que passou a utilizá-lo devido à circunstância muito especial pela qual o país passou. “Numa altura em que era preciso mobilizar também muito as pessoas para as dificuldades que estávamos a passar e apelar para o seu compromisso com uma política que era bastante difícil”.

Comentando a situação do sistema financeiro português, o ex-primeiro-ministro revelou que o governador do Banco de Portugal (BdP), Carlos Costa, lhe disse serem necessários cerca de 50 mil milhões de euros para recapitalizar a banca.



Presidente da República deu posse aos conselheiros de Estado



O Presidente da República deu posse a seis conselheiros de Estado, incluindo Aníbal Cavaco Silva, na qualidade de antigo chefe de Estado, numa cerimónia no Palácio de Belém, dia 7 de abril. Além de Cavaco Silva, tomaram posse as cinco personalidades indicadas pelo novo Presidente para o Conselho de Estado: o antigo presidente do PSD Luís Marques Mendes, o ex-dirigente do CDS-PP António Lobo Xavier, o antigo primeiro-ministro António Guterres, o ensaísta Eduardo Lourenço e a presidente da Fundação Champalimaud, Leonor Beleza.

Esta cerimónia, que teve início às 14h30 e durou menos de dez minutos, antecedeu a primeira reunião do Conselho de Estado convocada por Marcelo Rebelo de Sousa, e teve como convidados o presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, e o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa.

Assistiram à cerimónia de tomada de posse dos seis novos conselheiros o primeiro-ministro, António Costa, o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, outros membros do Conselho de Estado e convidados como a antiga presidente do PSD Manuela Ferreira Leite.

O Conselho de Estado é o órgão político de consulta do Presidente da República, presidido por este e composto pelo presidente da Assembleia da República, pelo primeiro-ministro, pelo presidente do Tribunal Constitucional, pelo Provedor de Justiça, pelos presidentes dos governos regionais e pelos antigos Presidentes da República. Além destes membros, o Conselho integra cinco cidadãos designados pelo Presidente da República, pelo período correspondente à duração do seu mandato,



e cinco eleitos pela Assembleia da República, de harmonia com o princípio da representação proporcional, pelo período correspondente à duração da legislatura.

Em 18 de dezembro de 2015, a Assembleia da República elegeu Francisco Pinto Balsemão (PSD), Carlos César (PS), Francisco Louçã (BE), Domingos Abrantes

(PCP) e Adriano Moreira (CDS-PP) para o Conselho de Estado, em resultado da votação de duas listas separadas, uma das bancadas da esquerda e outra da direita. Estes conselheiros de Estado tomaram posse em 12 de janeiro, quando ainda estava em funções o anterior Presidente da República, Cavaco Silva.

Marco António Costa em Ponte da Barca

PS “não tem desculpa nem perdão” se falhar compromissos

Para Marco António Costa, o governo de António Costa “não terá desculpa, nem perdão” se não cumprir o Orçamento do Estado para 2016. “Fazemos votos que isso não aconteça mas se acontecer o doutor António Costa não terá desculpa nem perdão nessa circunstância”, afirmou Marco António Costa no discurso de tomada de posse dos dirigentes do PSD e da JSD de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo, domingo, 10 de abril.

O vice-presidente do PSD adiantou que os portugueses poderão “ter de volta uma fatura pesada” caso se confirmem os receios vindos a públicos nos últimos dias relativamente à necessidade de medidas adicionais ao Orçamento do Estado para 2016. “Quando ouvem dizer que existe um plano B, ou que o senhor Draghi exige um plano B ou que a Comissão Europeia exige um plano B ou que uma qualquer instituição externa ou interna, como o Conselho de Finanças Públicas, apontam riscos na execução orçamental do Orçamento que foi aprovado para 2016 e apontam riscos que podem levar à necessidade de tomada de decisões corretivas do caminho que está a ser seguido, isso só tem um significado: que o aventureirismo que lançaram o país pode ter uma fatura pesada para os portugueses”, alertou

Em entrevista à TSF e ao DN, o primeiro-ministro reiterou que o Governo confia que não serão precisas medidas adicionais ao Orçamento do Estado para 2016, garantindo que se houver necessidade elas serão tomadas, mas poupando salários, pensões, impostos sobre o trabalho e bens essenciais do IVA.

António Costa foi questionado sobre o plano B ao Orçamento do Estado para 2016 e insistiu que o Governo tem “toda a confiança” de que poderá chegar a maio “sem necessidade de qualquer medida adicional”.

“Se houver necessidade de medidas adicionais, elas serão tomadas. Também já se sabe quais não serão as medidas adicionais: não serão medidas adicionais que cortem salários, que cortem pensões, nem impostos sobre o trabalho, nem sobre bens essenciais do IVA



[Imposto sobre o Valor Acrescentado]”, assegurou.

Marco António Costa garantiu que o PSD “não atrapalhou com projetos de alteração ao orçamento, não atrapalhamos procurando remendar o orçamento”. “Nós deixámos que esta maioria de esquerda escolhesse o caminho, explicasse aos portugueses o caminho que queria e nós explicámos aos portugueses que este não era o nosso caminho”, frisou, adiantando que o governo e a maioria que o sustenta “terão máxima liberdade e terão máxima responsabilidade nos resultados que decorrerão da aplicação deste Orçamento de Estado”.

“Este primeiro-ministro e esta maioria que hoje apoia o governo do PS têm uma grande responsabilidade aos olhos dos portugueses, não podem falhar nos resultados que prometeram relativamente ao futuro (...). Não podem falhar na garantia que têm dado aos portugueses de estabilidade política, não podem falhar nas perspetivas de desenvolvimento económico e social que prometeram aos portugueses. Foram eles que prometeram coisas que nos sabíamos que eram arriscadas fazer agora”, disse.

“O PS tem que conduzir o país sem se despistar”, frisou, acusando o Governo PS de “aventureirismo” e de viver dos “rendimentos do trabalho do anterior governo e dos portugueses”.

PSD propõe medidas para que o Governo possa ter “mais inspiração na definição das políticas públicas”



O PSD vai apresentar seis projetos de resolução, um por cada eixo do Programa Nacional de Reformas, para que o Governo possa ter “mais inspiração e mais orientação na definição das políticas públicas”, começando hoje pela capitalização das empresas. “Teremos seis debates e apresentaremos a cada debate um projeto de resolução sobre o tema que está em discussão”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, em conferência de imprensa no parlamento, dia 6.

Sublinhando que os sociais-democratas não pretendem governar, Luís Montenegro disse que o PSD irá dar o seu “contributo para que o Governo possa ter mais inspiração e mais orientação na definição das políticas públicas”, apresentado em cada projeto de resolução “recomendações objetivas e concretas e muito mais palpáveis” do que “o ‘powerpoint’ de generalidades” elaborado pelo executivo socialista.

“Não se pense que elas são recomendações vagas”, frisou, explicando que o PSD optou por apresentar projetos de resolução e não projetos de lei porque não pode ter a “veleidade” de se substituir ao Governo.

De qualquer forma, trata-se de “contributos positivos” e construtivos, sendo que no projeto sobre a capitalização das empresas são sugeridas “mais de 30 medidas concretas e objetivas”, tal como no diploma sobre a qualificação dos portugueses, que será apresentado na quinta-feira, dia 14.

Luís Montenegro argumentou que o PSD decidiu apresentar propostas concretas porque quer ser uma oposição responsável, “que assinala os erros e as omissões do Governo”, mas também apresenta “alternativas e contributos para a sociedade”.

Acompanhado pelos vice-presidentes da bancada António Leitão Amaro, Luís Leite Ramos e Amadeu Albergaria, Luís Montenegro avançou com algumas das recomendações constantes dos projetos de resolução que o PSD irá apresentar.

No domínio da qualificação, disse, entre as 30 propostas está a necessidade de dar cumprimento à lei de 2015 já em vigor que estabelece a universalidade da educação pré-escolar a partir dos quatro anos.

A criação de oportunidades de recuperação de alunos em dificuldade, o reforço da autonomia das escolas, a reintrodução dos exames de aferição no final de cada ciclo de ensino, a promoção do emprego a tempo parcial e a introdução de forma faseada de conteúdos em suporte digital, substituindo progressivamente os manuais escolares em suporte de papel são outras das recomendações apresentadas pelo PSD no domínio da qualificação.

Relativamente à capitalização das empresas, os sociais-democratas sugerem a criação de mecanismos e incentivos de troca de dívida por capitais próprios ou quase capitais nos contratos de crédito, o reforço da majoração da dedução à coleta dos lucros retidos que sejam reinvestidos em investimento produtivo, a avaliação da possibilidade de reduzir a tributação sobre as mais-valias, entre outras propostas.

A discussão no parlamento do Programa Nacional de Reformas está agendada para 27 de abril, data em que também será debatido o Programa de Estabilidade.

José Matos Rosa no Parlamento

“Este Governo é como um barco à deriva, empurrado pelos ventos que sopram da esquerda”



gueses. Sem pressa de sermos novamente governo, mas com a urgência de quem quer resolver os problemas de Portugal. O PSD relançou o seu compromisso reformista com os portugueses”.

Comparando o executivo socialista a um “barco à deriva” empurrado pelos “ventos da esquerda”, Matos Rosa disse esperar que o Governo não leve “o país a embater nas rochas e a encalhar”.

O deputado afirmou que cada dia fica mais claro que, com este governo, Portugal precisa de uma oposição ativa, fiscalizadora e atenta. “É assim o PSD: o partido líder da oposição, construtivo quando deve sê-lo mas sem ceder nas suas convicções. Porque respondemos a um mandato e às expectativas dos portugueses que nos elegeram para aqui estarmos. Temos iniciativa política e ainda hoje começámos a apresentar um conjunto de seis projetos de resolução para melhorar a vida dos portugueses com propostas concretas. Hoje, deixámos à consideração do Governo quase 70 propostas para a capitalização de empresas e a qualificação dos portugueses. Fica provado assim que não fazemos política do faz-de-conta, como outros que se limitam a apresentar ‘power points’. Não trocamos a força das nossas ideias pelo ‘timing’ político. Não temos pressa mas temos garra. Por isso mesmo, insistimos em matérias que consideramos urgentes”.

O PSD compara o Governo a “um barco à deriva empurrado pelos ventos que sopram da esquerda”, acusando os socialistas de terem como única missão desfazer o que foi feito. “Este Governo não governa. A sua única missão é desfazer o que foi feito atrás de si, não obstante os bons resultados reconhecidos cá dentro e lá fora”, acusou o deputado do PSD e secretário-geral José Matos Rosa, numa declaração política no plenário da Assembleia da República a propósito do congresso social-democrata.

Repetindo os principais “slogans” do congresso social-democrata, o deputado vincou o carácter reformista do PSD, voltando a assumir que o partido é o líder da oposição. Apontando que só o PSD tem um projeto verdadeiramente reformista para Portugal, o deputado frisou que “é absolutamente claro” que o PSD tem “uma estratégia para o País, tanto mais quando olhamos para o atual governo e vemos que se move à deriva, semana após semana”: “Absorve as propostas das esquerdas quando é preciso. Tapa cada reivindicação dos sindicatos com reversões. Aos problemas da economia responde com falsas soluções e sem inovação estratégica. Sejamos também nós claros: este governo não governa. A sua única missão é desfazer o que foi feito atrás de si, não obstante os bons resultados reconhecidos cá dentro e lá fora. Este governo é como um barco à deriva, empurrado pelos ventos que sopram da esquerda. A ver se não leva o país a embater nas rochas e a encalhar”.

José Matos Rosa renovou ainda os desafios lançados pelo líder social-democrata no congresso, questionando a disponibilidade dos partidos para debaterem a reforma da Segurança Social e do sistema eleitoral. “Se dúvidas houvesse, o 36.º Congresso Nacional do PSD deixou bem claro que somos a única força partidária que pensa verdadeiramente no futuro. Se dúvidas houvesse, ficou muito claro que o PSD tem um projeto reformista e desenvolvimento para Portugal, ao serviço dos portu-





Matos Rosa esteve em Arganil

O secretário-geral do PSD José Matos Rosa participou na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios da JSD e do PSD Arganil, domingo, 10 de abril.



Contrato da Metro do Porto é “nebuloso”



O PSD/Porto anunciou que vai pedir ao Governo esclarecimentos sobre o processo “nebuloso” da anulação do contrato com a Transdev e adjudicação à Via Porto pela Metro do Porto, exigindo saber quais as vantagens para os contribuintes. “Esta substituição de adjudicatário é um processo muito pouco claro. E se paralelamente dissermos, e toda a gente tem consciência disso, que este prolongamento do subcontrato foi feito ao grupo que também entrou no capital da TAP, ora não deixa de ser normal que se faça algum paralelismo, que até pode ser injusto mas faz-se, entre os dois processos. Pode haver aqui algum tipo de compensação”, declarou Virgílio Macedo, à margem de uma reunião com o Conselho de Administração da Metro do Porto

“Saímos com muitas dúvidas relativamente à transparência desse processo. Houve uma anulação de uma adjudicação que iria provocar enormes poupanças para os contribuintes. Não nos souberam explicar claramente quais foram as vantagens para os contribuintes com a extensão do contrato. A nublosa que existe em relação a este processo é grande”, alertou.

Para o líder da distrital do PSD do Porto, “o PS comporta-se como se fosse o dono do país e o dono das empresas públicas, fazendo opções pouco transparentes e que podem prejudicar o interesse público”.

Virgílio Macedo também avançou que a extensão “prometida, justamente ansiada e sempre adiada” da linha de metro até à Trofa através do Instituto Superior Técnico da Maia (ISMAI) também será alvo de uma pergunta ao Governo até porque, disse o dirigente social-democrata, da reunião desta tarde surgiu uma “não resposta”.

“Passados quatro meses da entrada em função deste Governo e passados dois meses da entrada em função da nova administração [da Metro do Porto] não nos souberam responder relativamente à concretização ou não do protocolo que foi estabelecido em 2015”, referiu.

O presidente do PSD/Porto refere-se a um memorando tornado público a 05 de outubro que, de acordo com informação veiculada à época, foi assinado na semana anterior, ou seja antes das eleições legislativas que tiveram lugar dia 04, entre as câmaras da Maia e Trofa, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e Metro do Porto.

“É inexplicável porque é um assunto extremamente relevante e faria todo o sentido que fosse dos primeiros assuntos a serem avaliados e a serem analisados e o que dizem é que não sabem e vão ver. Estamos a falar de uma obra pública de mais 35 milhões de euros que poderia ser concretizada com pouco mais de cinco milhões dos contribuintes se fosse cumprido esse protocolo”, concluiu.

Papéis do Panamá

PSD quer saber se existem “comportamentos lesivos para o Estado”

O PSD questionou o Governo sobre quais as diligências que tomou ou pretende tomar na sequência da divulgação do caso “Papéis do Panamá” para saber se existem eventuais “comportamentos lesivos” para o Estado. “No que se refere concretamente a Portugal, as notícias indiciam que poderão existir particulares e empresas envolvidas nas operações agora expostas, o que a confirmar-se constituirá um fator adicional de apreensão”, refere o PSD no requerimento entregue na Assembleia da República e assinado pelos deputados Teresa Leal Coelho e António Leitão Amaro.

No documento, o PSD sublinha que ao contrário do que aconteceu com outros governos, o executivo português “ainda não se pronunciou ou informou de quaisquer diligências realizadas por si ou pelas entidades sob sua direção ou superintendência”, incluindo a Autoridade Tributária Aduaneira.

Na segunda-feira, 4 de abril, o Ministério Público referiu que estava a analisar os elementos divulgados pela investigação internacional e que se daí resultarem factos que configurem crime, não deixará de abrir inquérito.

O envolvimento de Portugal no escândalo está quantificado, por enquanto, em 34 pessoas, segundo informação divulgada no sítio na internet do jornal “Irish Times”. Este meio irlandês especificou que, a par destes beneficiários do esquema de fuga ao fisco, existem 244 empresas, com 255 acionistas.

A maior investigação jornalística da história, divulgada na noite de dia 3, envolve o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ, na sigla inglesa), com sede em Washington, e destaca os nomes de 140 políticos de todo o mundo, entre eles 12 antigos e atuais líderes mundiais.

A investigação resulta de uma fuga de informação e juntou cerca de 11,5 milhões de documentos ligados a quase quatro décadas de atividade da empresa panamiana Mossack Fonseca, especializada na gestão de capitais e de património, com informações sobre mais de 214 mil empresas “offshore” em mais de 200 países e territórios.

A partir dos Papéis do Panamá (“Panama Papers”, em inglês) como já são conhecidos, a investigação refere que milhares de empresas foram criadas em “offshores” e paraísos fiscais para centenas de pessoas administrarem o seu património. O semanário “Expresso” e a estação de televisão TVI estão a participar nesta investigação em Portugal.



Governo lida mal com a liberdade de expressão

O caso que levou à demissão de João Soares enquadra-se numa “escola” do Governo de lidar mal com a crítica e decorre de uma cultura em que o próprio primeiro-ministro se envolve em tentativas de condicionamento da liberdade de expressão. Esta posição foi transmitida pelo líder parlamentar, Luís Montenegro, que anunciou que este o PSD mantém, por isso, os pedidos de audição do ex-ministro da Cultura, do conselho regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da diretora do “Público”. “A questão política relevante mantém-se, e essa tem que ver com a forma como o Governo, a começar pelo primeiro-ministro, se relaciona com a crítica que vem do exercício da liberdade de expressão, seja de alguns cidadãos, seja de profissionais da comunicação social”, afirmou Luís Montenegro, nos Passos Perdidos da Assembleia da República.

O deputado social-democrata implica António Costa em dois episódios: “Esta postura do Governo, infelizmente, tem feito escola porque ela vem também muito do primeiro-ministro, alguém que ainda recentemente também tentou condicionar a opinião de um jornalista através de um SMS e alguém que esteve aqui neste lugar, exatamente onde eu me encontro agora, a instar os senhores jornalistas a não fazerem perguntas ao maior partido da oposição por causa daquela que era a nossa posição sobre o Orçamento do Estado”.

O líder parlamentar do PSD começou por dizer que João Soares “não se demitiu por aquilo que disse” no Facebook visando os colunistas Augusto M. Seabra e Vasco Pulido Valente, “demitiu-se por aquilo que o primeiro-ministro disse daquilo que ele tinha dito”.

“Esta foi uma demissão absolutamente interna, uma decisão interna do Governo”, considerou. “Isto é, a questão relevante mantém-se: tem a ver com a forma como os membros do Governo pressionam, condicionam o exercício da liberdade de expressão e, nomeadamente, o exercício da liberdade de informação por parte dos profissionais da comunicação social”, acrescentou.

Em seguida, anunciou que o PSD mantinha o pedido entregue hoje para “ouvir o ex-ministro da Cultura, o doutor João Soares, o conselho regulador da ERC e também a diretora do jornal “Público”.

Questionado se o Governo fica fragilizado com a demissão de João Soares, Luís Montenegro respondeu: “Dá mostra de que é difícil a relação entre os seus membros. O primeiro-ministro perdeu aqui a sua condição de liderança relativamente a um dos seus elementos”.

O primeiro-ministro aceitou, dia 8, o pedido de demissão do ministro da Cultura, João Soares, na sequência das declarações do ministro na sua conta do Facebook em que prometia “salutares bofetadas” ao colunista Augusto M. Seabra, devido a críticas deste à falta de linha de ação política e ao “estilo de compadrio, prepotência e grosseria”, e também ao colunista Vasco Pulido Valente. Na quinta-feira à noite, dia 7, António Costa pediu desculpa aos dois colunistas do jornal “Público” visados pelo ministro da Cultura e pediu aos membros do Governo que sejam “contidos na forma como expressam emoções”.

Deputados questionam o Governo sobre portagens nas ex-scut

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Castelo Branco questionaram o Governo sobre a data prevista para a implementação de reduções ou eliminação das portagens nas ex-scut, sobretudo na A23 e A25. No documento a que a Lusa teve hoje acesso, Manuel Frexes e Álvaro Batista questionam o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre a situação do estudo que o atual Governo “afirmou estar a fazer há alguns meses sobre a problemática das portagens e de que não houve mais notícias”.

Em fevereiro, Pedro Marques disse, durante uma visita a Castelo Branco, que o Governo estava “a estudar, a atualizar, a refazer estudos”, para criar uma solução que favorecesse a mobilidade para o interior que “poderá passar por alguma redução de portagens nas vias do interior com fracas alternativas ou alternativas inexistentes, não estando em cima da mesa a abolição de portagens”.



Os sociais-democratas sustentam que os encargos económicos envolvidos na utilização da A23 e da A25, entre várias outras ex-Scut (autoestradas sem custos para o utilizador), “funcionam como uma séria condicionante à economia e à mobilidade locais, que importa minimizar”.

Recordam ainda que o PS comprometeu-se, na última campanha, a fazer uma revisão da política de portagens, “operando uma redução substancial ou ponderando a sua isenção”.

“Para o PSD, tratando-se estas de autoestradas que promovem a coesão territorial e para as quais não há verdadeiramente alternativas, os sistemas de portagens devem promover uma discriminação positiva das regiões em causa”, sustentam.

Os deputados do PSD querem também saber quando é que foi nomeado o grupo de trabalho ou quem é que foi contratado para fazer o estudo sobre a redução ou eliminação das portagens, quem são as pessoas ou as instituições responsáveis pela elaboração do estudo e se este abrange ou abrangerá todas as ex-Scut.

Questionam ainda se já foi ou não entregue ao Governo o estudo respetivo e quais são as suas principais conclusões.

Deslocação ao norte do distrito de Viseu

Os deputados António Leitão Amaro, Pedro Alves, Inês Domingos e António Lima Costa reuniram, dia 4, com o recém-eleito presidente da Junta de Freguesia de Penude, concelho de Lamego, a quem desejaram votos dos maiores sucessos na tarefa de melhorar a vida de todos os penudenses.

Durante uma ação de trabalho no norte do distrito de Viseu, os parlamentares testemunharam, em Lalim, o dinamismo da Fumeiros Porfírios, Lda., empresa geradora de muitos postos de trabalho, e que, pela qualidade dos seus produtos, leva bem longe o nome de Lamego e do Douro Sul.

Já antes, os deputados tinham visitado uma exploração de produção de leite na Vila da Rua, concelho de



Moimenta da Beira. Num setor que atualmente atravessa um período de grandes dificuldades, os socialistas confirmaram de viva voz a inação do atual Ministro da Agricultura que, até hoje, se limitou apenas a dar continuidade a uma proposta inicial do PSD de isenção parcial das contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores do setor.

Recorde-se que o ministro da Agricultura não deu ainda conhecimento ao país das medidas concretas por si apresentadas no Conselho Europeu de Ministros da Agricultura dedicado à crise do setor leiteiro, e que não tiveram acolhimento algum, revelando-se assim a total ausência de peso político do atual governo nas instâncias europeias.



Governo regional não trouxe nada de novo aos florentinos



O PSD/Flores considera que a visita estatutária do Governo regional ao Grupo Ocidental “não trouxe nada de novo aos florentinos”, já que “as reivindicações constantes do memorando são aspirações antigas. E isso prova que, durante 4 anos, este governo não teve a capacidade de resolver os problemas dos Florentinos”, afirmou o presidente da comissão política de ilha, Bruno Belo. “Esta visita estatutária mais pareceu uma ação de campanha eleitoral, sem ter como preocupações os problemas dos florentinos. Este governo não é para ser levado a sério, pois tem as mesmas respostas há cerca de 20 anos”, ou seja “vem às Flores, mas ignora o facto de ter falhado no passado. Faz promessas que já foram feitas inúmeras vezes”, adiantou Bruno Belo.

“Sinceramente, às vezes acho que este governo subestima a inteligência dos florentinos”, referiu o social-democrata, que considera “preocupante, o facto da tutela não transmitir qualquer esperança de um futuro melhor”.

Bruno Belo deu como exemplos “a falta de soluções nos cuidados de saúde, nomeadamente na deslocação de especialistas e na deslocação de doentes”. “Igualmente, a reabilitação do Porto das Poças, que só vai ocorrer, efetivamente, na próxima legislatura, é outro problema estrutural por resolver”.

“E ainda a reabilitação da Escola Básica Integrada das Flores, que será apenas realizada numa pequena parte. E não em todo o edifício, como era reivindicação do concelho de Ilha. São três exemplos da atitude flagrante do governo socialista para com os florentinos”, alertou Bruno Belo.

Nova escola das Lajes do Pico encerra um ciclo de 18 anos de promessas por cumprir

O deputado do PSD/Açores, eleito pela Ilha do Pico, Cláudio Lopes, entende que “não será fácil, em tempo útil, a conclusão das obras da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico”, uma vez que “há um conjunto muito significativo de trabalhos ainda por realizar, e estamos a pouco mais de cinco meses do início do próximo ano letivo. Pelo que duvidamos que, em setembro, esta unidade educativa possa estar em pleno funcionamento”, afirmou.

O social-democrata falava após uma visita às obras de construção da nova EBI das Lajes do Pico, em que pretendeu “verificar, no terreno, o andamento da obra e sublinhar a importância de que a escola esteja em pleno funcionamento no arranque do ano letivo 2016/2017, como se comprometeu o atual Secretário Regional da Educação e Cultura”, sublinhou.

De acordo com Cláudio Lopes, “esta visita serviu para alertar a tutela da premência e urgência para que esta escola esteja operacional e em pleno funcionamento no início do ano escolar, cumprindo-se, finalmente, uma promessa política e um compromisso dos Governos socialistas que já ultrapassa os 18 anos”, lembrou.

O deputado do PSD/Açores revelou que se trata “de uma das mais emblemáticas obras públicas dos Açores, da responsabilidade do Governo Regional, e a população local não pode esperar mais”.

Cláudio Lopes recordou “a derrapagem temporal que existiu entre a promessa política e o seu cumprimento. Foram mais de 18 anos de promessas firmadas e de desculpas governativas nos sucessivos adiamentos”.

“Em cinco legislaturas sucessivas, o governo do PS enganou a comunidade educativa das Lajes do Pico com a promessa da nova escola, uma medida que era urgente, conhecidas que são as más condições estruturais e físicas do edifício onde atualmente funciona a Escola do 2º e 3º ciclos e secundária das Lajes do Pico”, disse.

O social-democrata lamenta ainda que o projeto tenha sofrido cortes em algumas salas de apoio pedagógico e outras valências: “Assim como não foram acauteladas duas situações essenciais: a do auditório, que devia ter outra capacidade de lugares, e a do pavilhão coberto, que não terá a altura suficiente para a realização de jogos internacionais de voleibol”.





Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo



**MAIORIA
ABSOLUTA
50,15%**

VITÓRIA



Edição n.º 668 do "Povo Livre", de 22 de julho de 1987. Manchete: "Maioria absoluta - 50,15% - Vitória". Vítor Crespo era o diretor do "Povo Livre".



Responsabilidade e oportunidade

António Rodrigues (*)

O PSD é o maior partido nacional. Essa condição cria-lhe responsabilidades especiais no quadro atual da política portuguesa.

Mas o PSD é também neste momento o maior partido da oposição.

Cabe-lhe liderar a oposição, criticar o governo das esquerdas e o marketing eleitoral permanente do primeiro-ministro que parece sempre mais um político que reclama dos outros do que construir um país

O PSD deve assumir a sua matriz social-democrata
 O PSD tem de ser coerente e autêntico e não populista
 O PSD tem de ser rigoroso e não demagógico
 O PSD tem de ter sentido de estado e não oportunista

O Governo não é do PS. É de toda a esquerda. E toda a esquerda deve ser responsabilizada pelas consequências das decisões havidas.

- Se houver novos ou aumentos da atual carga fiscal;
 - Se houver negociações para um 3º resgate ou seja lá como se chamar;
 - Se aumentar a dívida pública e não se cumprir o défice.

A culpa é de toda a esquerda liderada pelo PS que – reconheça-se o mérito aprisionou a esquerda na sua estratégia de poder.

Portugal precisa de investimento para crescer. Investimento nos seus recursos humanos na aposta positiva da educação e da formação e não repousar no interesse dos formadores.

O País precisa de convocar os investidores nacionais para criar novos projetos, na indústria, na agricultura e em novos serviços criando, sem medo riqueza e daí resultam novos empregos com produtividade e onde se reduz a nossa dependência do exterior.

Mas precisamos sempre de criar condições especiais para o investimento externo. Quando é insuficiente o financiamento nacional num mundo global não há que ter medo do investimento global regulado e reprodutivo.

Ainda nos encontramos no princípio do percurso, uma legislatura que nos deve obrigar a reforçar os nossos objetivos pois a situação política mudou.

Este governo é como um caleidoscópio. Tem muitas combinações, muitas variações mas é apenas um mero reflexo de luz, sempre diferente. E quanto mais lhe pegamos mais cambiantes ele apresenta.

Se analisarmos o desempenho deste governo poucas são as medidas de cada ministério que registamos. E as que nos lembramos não são positivas.

Este caleidoscópio não tem estratégia ou consistência. Varia conforme lhe pegamos, altera-se consoante a conveniência. Não vive de objetivos mas de sobrevivência.

O propósito do governo não é construir, é alterar.

O seu destino não é um País novo e melhor mas apenas diferente. Recuando nas dificuldades, fugindo das responsabilidades, agitando os fantasmas de um passado para o qual foram contribuintes líquidos.

Perante isto, o PSD tem de se mostrar firme e convicto. Na melhor tradição de coerência e determinação social-democrata de criar riqueza para a redistribuir.

Mas, a realidade é que o País mudou.

Temos um País que não quer voltar à realidade de 2010/2011 mas que quer confiar que em caso de necessidade tem um estado que o protege na adversidade: na saúde, no desemprego, na construção de novas soluções.

A nossa resposta tem de ser afirmativa. A nossa proposta tem de ser inclusiva e não reflexiva.

Por isso deveríamos nós próprios avançar com uma proposta específica para o Plano Nacional de Reformas. Perguntamos assim ao Governo se este está na disposição de incluir o nosso projeto ou invés de estar sempre a pedir contributos. Pois assim os teria.

Terá a esquerda a coragem de aceitar o nosso contributo ou será que dele discorda?

O mesmo se dirá do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. Quais os objetivos do PS e da Esquerda? São os mesmos? E cumprir as metas ou negociar novas?

Foi um governo nosso que liderou o nosso quadro de fundos voluntários. Onde esta? Onde estão os projetos e as propostas para o plano Junker? Onde está a capacidade negocial e reivindicativa do atual governo face à Europa? Até agora apenas recebemos - e bem - refugiados. Mas até agora perdemos espaço e dimensão para receber qualquer contributo adicional ao nosso futuro.

A solidariedade europeia também é para os países ibéricos e não apenas para a Grécia do Syriza ou o leste pressionado.

Mudaram os tempos mudaram todas as vontades?

E iludir os portugueses ou manipular a opinião pública? E o PS pensa o mesmo que o PCP ou o Bloco?

É tempo de assumir em público estas diferenças que à medida que o tempo passa se tornarão inevitáveis e irredutíveis.

Assim no governo e também nas autarquias. No próximo ano teremos eleições locais. Oportunidade única para nos afirmarmos de novo como o partido mais votado nas Camaras Municipais, contando com o CDS onde for possível.

Mas não contando com a esquerda – PS – PCP e BE em circunstância alguma.

Dar coerência nacional, mas também coerência local.

Este caleidoscópio das esquerdas não projeta luz, reflete ilusão.

A continuar neste trajeto as projeções apagam-se, o aparelho vira-se a alguém puxa o interruptor.

Cabe ao PSD manter a luz acesa para se vislumbrar o futuro

Com seriedade, com coerência mas também com humildade democrática.

Nem tudo o que fizemos, fizemos bem. Mas devemos reclamar uma nova oportunidade para fazer melhor. Isto sabemos.

(*) Advogado

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado), pelas 21h00, na sede, sita (Quinchoso – Cabeceiras de Basto), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação do relatório de contas do ano 2015
- 2 - Discussão e aprovação do orçamento para o ano 2016
- 3.- Processo autárquico
- 4.- Outros assuntos.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castro Daire, para reunir, no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 14h00 na sede, sita na Av. 5 de Outubro, Bloco 3 r/c Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede Distrital sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 14h00 às 18h00

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ílhavo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Abril de 2016, (quarta-feira), pelas 21h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apreciação e votação do relatório de contas 2015
- 2 – Apreciação e votação do Plano de actividades e orçamento para 2016
- 3 - Análise da situação político partidária
- 4 – Outros assuntos de interesse geral

MARCO DE CANAVESSES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Marco de Canaveses, para reunir, no próximo dia 22 de Abril de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação das contas do exercício de 2015 da Comissão Política de Secção
- 3 - Análise da situação político-partidária

**MOURA
RECTIFICAÇÃO DE DATA E LOCAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moura, para reunir, em ses-

são extraordinária, no próximo dia 08 de Maio de 2016, (domingo) pelas 16h00 na sede da Junta da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinha e S. João Batista e Santo Amador, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 16h00 às 18h00

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2016 (terça-feira) pelas 21h00 no Auditório da Associação Humanitária de Bombeiros do Dafundo, sita na Av. Duque de Loulé - Linda-a-Velha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação, discussão e votação do relatório de actividades e contas do ano de 2015;
- 3 – Análise da situação política.

OURIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ourique, para reunir, no próximo dia 20 de Abril de 2016, (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. António Nobre Semedo, 14, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise ao 36º Congresso do PSD
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir, no próximo dia 22 de Abril de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00, na Rua dos Frontelheiros, r/c nº 472, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do relatório e contas de 2015.
- 5 – Outros Assuntos.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santo Tirso, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Abril de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Coronel Batista Coelho, nº 21, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação e aprovação das contas da Secção referentes ao ano de 2015
- 2 – Informação sobre eventuais débitos do Partido resultantes de campanhas eleitorais
- 3 - Análise da situação política
- 4 – Outros assuntos

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Pedro do Sul, para reunir, no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 14h00 na sede, sita na Av. Sá Carneiro, Edifício Avenida, cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede Distrital sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 14h00 às 18h00

TAROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tarouca, para reunir, no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 14h00 na sede, sita na Av. Vice Almirante Adriano Saavedra, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede Distrital sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 14h00 às 18h00

**VIANA DO CASTELO
ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apresentação e votação das contas da Secção relativas ao ano de 2015

- 2 – Análise da situação política nacional e local, bem como do 36º Congresso
- 3 – Análise dos últimos resultados eleitorais nacionais e distritais

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30 na sala Dr. Orlando Taipa, da sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Contas 2015
- 2 – Análise da situação político-partidária



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ÁGUEDA, para reunir no dia 20 de Maio de 2016, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, às 21h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD ÁGUEDA.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Aveiro, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas, no dia 20 de Maio de 2016, estarão abertas entre 21h00m e as 23 horas.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Covilhã para reunir, ordinariamente, no dia 22 de Abril de 2016, (Domingo), pelas 21h30m, na Sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, n.º 46 – 1.º Dt., na Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Alter do Chão, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 14 de maio de 2016, na Sede Concelhia da JSD, Av. Dr. João Pestana, 13, 7440-013, Alter do Chão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede do PSD, sita na Av. Dr. João Pestana, 13, 7440-013, Alter do Chão. As urnas estarão abertas entre as 17h e as 19h.

NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade da Beira Interior, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 23 de Junho de 2016, pelas 21 horas, na Sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, n.º 46 - 1.º Dt., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo de ESD da Universidade da Beira Interior (NESD/UBI)

Notas:

A mesa de voto funcionará nestas instalações no período compreendido entre as 21h00m e as 23 horas, sendo o acto eleitoral da responsabilidade do Presidente da Mesa do Núcleo.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, na Sede da JSD Covilhã, sita na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Os interessados em participar no acto eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudantes da Universidade, (apresentando cartão de Estudante ou certificado de matrícula).



CONVITE

DEBATE SOBRE O PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE LEIRIA

sábado
16/04/2016

Local: Hotel Eurosol
21:00 horas

Painel de Oradores:

- Almeida Lopes - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Leiria
- Francisco Marques - Arquiteto
- Lino Ferreira - Presidente da ACILIS
- Vitorino Guerra - Professor

Moderador: Álvaro Madureira

ENTRADA LIVRE
Organização: PSD e JSD de Leiria




VII CONGRESSO NACIONAL DOS ASD

Coimbra, 04 de junho de 2016

REGULAMENTO DO CONGRESSO



Artigo 1.º

Data e Ordem de Trabalhos

O VII Congresso Nacional dos ASD reúne em Coimbra no dia 04 de junho de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura dos Trabalhos
2. Sessão temática "As autarquias e a inovação em rede para o desenvolvimento dos territórios". Orador convidado: Markku Markkula, Presidente do Comité das Regiões da Europa.
3. Almoço
4. Apresentação de Moções
5. Discussão e votação das Moções.
6. Sessão Evocativa: "40 anos de Poder Local, Uma História com Futuro"
7. Sessão de Encerramento

Artigo 2.º

Programa dos Trabalhos

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte horário:

10H00 – Receção aos Congressistas

- 10H30 – Sessão de Abertura
- 11h00 – Sessão Temática
- 12h30 – Almoço
- 15H00 – Apresentação, discussão e votação das Moções
- 17H00 – Sessão Evocativa dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas
- 18h30 – Sessão de Encerramento

Artigo 3.º

1. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:
 - a) O presidente da CPN usará da palavra sem limite de tempo, no início e no final do debate, bem como no encerramento dos trabalhos.
 - b) Os membros da CPN dispõem de 10 minutos.
 - c) O primeiro subscritor de cada proposta de Moção dispõe de 10 minutos.
 - d) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelo número de inscritos.
2. A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder 10 minutos.

Artigo 4.º

Delegados ASD

1. Membros da Mesa do Congresso e os titulares dos Órgãos Nacionais (Conselho Nacional, Comissão Política Nacional e Conselho de Jurisdição), conforme o art.º 18 dos Estatutos dos ASD.
2. Autarcas eleitos pelo PSD com as quotas em dia.

Artigo 5.º

Observadores / Participantes

1. Podem assistir ao Congresso os Observadores e Participantes convidados pela Comissão Política Nacional dos ASD.

Artigo 6.º

Inscrição de Delegados, Observadores, Participantes

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa do boletim à Secretária Geral dos ASD até ao 15º dia anterior ao Congresso.
2. O boletim de inscrição deve ser acompanhado da

quantia de 25 Euros, em cheque, a remeter em anexo ao boletim.

3. A lista de Delegados será publicada na edição do Povo Livre imediatamente anterior ao Congresso.

4. Só serão permitidas substituições de Delegados eleitos pelos respectivos suplentes desde que dêem entrada na sede dos ASD até ao 3º dia antes da data do Congresso.

Artigo 7.º
Moções

1. As Moções deverão ser dirigidas ao Presidente da Mesa do Congresso e entregues na sede dos ASD, na Rua Ricardo Espírito Santo, n.º 1, R/c Dto., 1200-790 Lisboa, em suporte informático, ou por e-mail: geral@autarcas-psd.pt ao 5º dia antes da data do Congresso.

2. A Moção de Estratégia Global é da responsabilidade da CPN/ASD.

3. As Moções Temáticas têm que ser subscritas por três delegados ao Congresso.

Artigo 8.º
Votações

1. A Mesa submeterá as propostas à votação dos Delegados e considerar-se-ão aprovadas por maioria simples.

Artigo 9.º
Comunicação Social

1. Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes de Comunicação Social previamente credenciados pelos ASD.

VII Congresso Nacional dos ASD - Coimbra - 04 de junho de 2016

CRONOGRAMA

1	Proposta da CPN/ASD para convocação do VII Congresso Nacional, alínea e), nº2, artigo 27.º dos Estatutos	12-01-2016
2	Conselho Nacional delega na CPN/ASD a decisão sobre data e local para realização, alínea a) nº2 e nº3 do artigo 24º dos Estatutos	12-01-2016
3	Conselho Nacional aprova o Regulamento do Congresso, alínea a), nº2 do artigo 24º dos Estatutos	12-01-2016
4	Conselho Nacional delega na CPN/ASD a preparação do Congresso e a competência de decisão sobre delegados, alínea b) nº2 e nº3 do artigo 24º dos Estatutos	12-01-2016
5	CPN/ASD decide a realização do Congresso: cidade de Coimbra, no dia 06 de junho de 2016	28-01-2016
6	Envio aos autarcas e às estruturas e publicação no site oficial e no Povo Livre do regulamento e cronograma do VII.º Congresso	13-04-2016
7	Data limite para entrega das inscrições de delegados, observadores e participantes ao VII.º Congresso (até às 24h00)	20-05-2016
8	Publicação das listas provisórias de delegados e participantes no site oficial e Povo Livre	24-05-2016
9	Data limite para entrega ao Presidente da Mesa do Congresso Moção de Estratégia Global e das Moções Temáticas (até às 24h00)	30-05-2016
10	Data limite para substituição de delegados (até às 24h00)	01-06-2016
11	Publicação das Moções de Estratégia Global e Temáticas no site oficial e Povo Livre	01-06-2016
12	Publicação das listas definitivas de delegados e participantes no site oficial	02-06-2016
13	VII Congresso Nacional	04-06-2016